

Demonstrações Financeiras

**Companhia de Transmissão Centroeste de
Minas S.A.**

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025.....	3
INVESTIMENTOS NA OPERAÇÃO	4
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	7
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS.....	9
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	10
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	12
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	13
1. CONTEXTO OPERACIONAL	13
2. BASE DE PREPARAÇÃO	13
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	16
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	16
5. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS	17
6. ATIVO DE CONTRATO.....	17
7. DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	19
8. FORNECEDORES.....	20
9. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	20
10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20
11. RECEITA	22
12. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	24
13. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	25
14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	25
15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	27
16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	30
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	34
PARECER DO CONSELHO FISCAL	35

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Senhores Acionistas,

A Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A. (“Companhia ou Centroeste”) submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A.

A Companhia de Transmissão Centroeste de Minas é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) e tem sede e foro em Belo Horizonte Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, 1200, e tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Furnas - Pimenta, 345kV e Governador Valadares 6 – Verona, 230kV, nos termos dos contratos de concessão com a União por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL.

Composição Acionária

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 89.031 mil (R\$ 28.000 mil em 2024), representado por 89.030.983 (28.000.000 em 2024) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão S.A.

Ambiente Regulatório

O negócio de transmissão tem sua receita regulada pela Aneel e consiste na remuneração dos ativos pela sua disponibilidade aos usuários. A metodologia do modelo regulatório é o *Revenue-cap*, que consiste na definição de um teto de receita a ser auferido pela transmissora no período.

A ANEEL define a receita de novos ativos através de Resoluções Autorizativas, que estabelece a Receita Anual Permitida – RAP previamente com direito a recebimento da RAP a partir da data de entrada comercial do ativo, sendo reajustada nos processos de Reajuste Anual em 01 julho de cada ano e reposicionadas nos processos de Revisão Periódica da Receita que ocorrem a cada 5 anos. O primeiro processo tem por objetivo corrigir a RAP homologada pelo índice de reajuste que consta em cada contrato de Concessão, adicionar à RAP a receita oriunda dos reforços e melhorias que entraram em operação comercial no último ciclo tarifário (julho do ano anterior a junho do ano de reajuste). O processo de Revisão Tarifária Periódica - RTP, por sua vez, consiste na reavaliação dos ativos e recálculo dos parâmetros eficientes de cobertura regulatória de custos operacionais, outras receitas e remuneração dos ativos.

Em 2025, os contratos de concessão da empresa tiveram apenas processos de reajuste tarifário. Desta forma, a receita deste contrato (contrato de concessão nº 004/2005) teve reajuste da receita pelo IGPM. Além da correção monetária, teve redução da RAP em função da redução da receita no 15º ano ocorrida em 25 de março de 2025.

RAP homologada para o ciclo 2025-2026

As RAPs do ciclo 2025-2026 dos contratos de concessão da companhia foram estabelecidas em R\$ 16.078 mil (26.008 mil em 2024) representando uma redução de 38,2%. No período, os IGPM variou 7,02%.

INVESTIMENTOS NA OPERAÇÃO

Com a finalidade de manter a adequada funcionalidade e disponibilidade da instalação, a Companhia realiza os investimentos necessários para a manutenção dos processos e rotinas da instalação, além de atendimento a requisitos legais ambientais.

Através de técnicas de engenharia de confiabilidade, é realizado o diagnóstico de suas instalações com o objetivo de identificar os investimentos necessários para garantir a disponibilidade do ativo, redução dos riscos estruturais e funcionais e às pessoas e equipamentos, e atendimento aos requisitos ambientais, regulatórios e obrigações legais.

Em 2025, a companhia investiu R\$ 31.382 mil, desse montante destacam-se serviços e materiais referente a construção da nova linha de transmissão de 230 kV, Governador Valadares 6 – Verona, concessão adquirida através do leilão da Aneel 02/2022, Lote 1, vencido pela Cemig GT.

DESEMPENHO ECONÔMICO

Resultado do exercício

A Companhia obteve um resultado de R\$ 6.541 mil em 2025, em comparação a R\$21.698 mil em 2024. A redução no resultado se justifica basicamente pela diminuição da receita advinda de ativo contratual.

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida foi de R\$ 43.217 mil em 2025 em comparação R\$ 54.830 mil em 2024. A receita da Companhia é composta, principalmente, pela receita de construção da linha de transmissão Valadares - Verona e da receita de operação e manutenção da linha de transmissão Furnas – Pimenta. A redução da receita se justifica, principalmente, pela diminuição da remuneração do ativo contratual.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 36.563 mil em 2025, em comparação a R\$ 33.016 mil em 2024. A variação se justifica pelo aumento dos custos de construção pelo avanço da execução da LT Governador Valadares – Verona.

Resultado financeiro

O resultado financeiro em 2025 correspondeu a uma receita financeira líquida de R\$713 mil, comparado a receita financeira líquida de R\$ 1.174 mil em 2024. A variação se justifica pela queda na renda de aplicação financeira que apresentou redução em razão do menor volume aplicado ao longo de 2025.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2025, a Companhia apurou despesas no montante de R\$ 826 mil de imposto de renda e contribuição social. Comparativamente ao mesmo período em 2024, a Companhia apurou despesas no montante de R\$ 1.290 mil. Os impostos diminuíram, principalmente, pela redução da receita de uso de rede, o que reduziu diretamente a receita operacional tributada no lucro presumido. Além disso, as receitas financeiras tributáveis também caíram, reduzindo ainda mais a base de cálculo.

Lucro antes dos juros, tributos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2025, o LAJIDA da Companhia foi de R\$ 6.656 mil (R\$ 21.817 mil em 2024) e a Margem do LAJIDA foi de 15,40% no mesmo período (39,79% em 2024), conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2025	2024	Var.%
Lucro líquido	6.540	21.698	(70)
Despesa de IR e CS	826	1.290	(36)
Amortização	3	3	-
Resultado financeiro	(713)	(1.174)	(39,27)
LAJIDA	6.656	21.817	(69)

(1) LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

Destinação do resultado de 2025 - Proposta da Administração

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2026, que, ao resultado do exercício de 2025, no montante de R\$ 6.541 mil, e do saldo de lucros acumulados no valor de R\$2.967 mil, referentes à Reversão da Reserva de lucros a realizar, seja dada a seguinte destinação:

- R\$327 mil para constituição de reserva legal, e;
- R\$4.591 mil para constituição de dividendos obrigatórios, e;
- R\$ 4.590 mil, sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de retenção de lucros, para garantir a execução do programa de investimentos da Companhia.

Contudo, devido à indisponibilidade de caixa da Companhia, conforme apresentado pela Administração, os dividendos obrigatórios serão destinados para constituição de reserva especial, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia permitir, compondo o saldo da reserva de retenção de lucros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores pela confiança e apoio recebido durante o ano. Estende, também, os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2025	2024
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	766	2.746
Títulos e valores mobiliários	4	7.501	5.976
Concessionárias e permissionárias	5	1.501	2.303
Tributos compensáveis		934	177
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		494	364
Ativo de contrato	6	13.398	17.701
Depósitos judiciais	7	7.150	6.223
Outros créditos		739	513
TOTAL DO CIRCULANTE		32.483	36.003
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	4	-	2.254
Depósitos judiciais	7	389	389
Tributos diferidos		367	331
Ativo de contrato	6	135.764	107.396
Direito de uso		56	58
Outros ativos		3.116	2.505
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		139.692	112.933
ATIVO TOTAL		172.175	148.936

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2025	2024
CIRCULANTE			
Fornecedores	8	133	6.084
Impostos, taxas e contribuições	9	725	1.181
Encargos setoriais		269	172
Dividendos a pagar	10	18.076	13.486
Convênio de compartilhamento	15	177	1.178
Passivo de arrendamentos		6	6
Outros passivos		12	13
TOTAL DO CIRCULANTE		19.398	22.120
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	8	20	22
Impostos, taxas e contribuições	9	2.617	2.530
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14a	2.628	2.733
Passivo de arrendamentos		63	65
Encargos regulatórios		103	70
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		5.431	5.420
TOTAL DO PASSIVO		24.829	27.540
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10		
Capital social		89.031	28.000
Reservas de lucros		58.315	93.396
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		147.346	121.396
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		172.175	148.936

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
RECEITA	11		
Remuneração do ativo contratual		13.842	21.851
Receita de construção		26.805	29.115
Receita de operação e manutenção		2.591	(1.710)
Subvenções vinculadas ao EUST		1.582	7.502
Outras receitas operacionais		-	104
Deduções da receita		(1.603)	(2.032)
		43.217	54.830
CUSTOS DE OPERAÇÃO		(35.927)	(31.609)
LUCRO BRUTO		7.290	23.221
DESPESAS	12		
Despesas gerais e administrativas		(485)	(401)
Outras despesas		(151)	(1.006)
		(636)	(1.407)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro		6.654	21.814
Receitas financeiras	13	799	1.226
Despesas financeiras	13	(86)	(52)
		713	1.174
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		7.367	22.988
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(932)	(1.470)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	106	180
RESULTADO DO EXERCÍCIO		6.541	21.698
Resultado básico e diluído por ação – R\$		0,23	0,77

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
RESULTADO DO EXERCÍCIO	6.541	21.698
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	6.541	21.698

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	28.000		5.600	45.943	27.695	-	107.238
Dividendo obrigatório não distribuído em 2023	-	-			5.946		5.946
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	21.698	21.698
Destinação do resultado proposta à AGO:							-
Dividendo obrigatório não distribuído	-	-	-	-	-	(13.486)	(13.486)
Reserva para investimento	-	-	-	13.485	-	(13.485)	-
Reserva de lucros a realizar - Reversão	-	-	-	-	(5.273)	5.273	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	28.000		5.600	59.428	28.368	-	121.396
Adiantamento para futuro aumento de capital		24.000					24.000
Aumento de capital	61.031	(24.000)		(37.031)			-
Resultado do exercício	-		-	-	-	6.541	6.541
Destinação do resultado proposta à AGO:							-
Reserva legal	-	-	327	-	-	(327)	-
Dividendo obrigatório	-		-	-	-	(4.591)	(4.591)
Reserva de lucros a realizar - Reversão	-	-	-	-	(2.967)	2.967	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	4.590	-	(4.590)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	89.031	-	5.927	26.987	25.401	-	147.346

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)

	2025	2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	6.541	21.698
Ajustes por:		
Receita de construção (Nota 11)	(26.805)	(29.115)
Atualização monetária do ativo contratual (Nota 11)	(13.842)	(21.851)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos (Nota 14)	826	1.290
PIS/Pasep e Cofins diferidos	(36)	(161)
Juros e variações monetárias	(740)	(1.111)
Amortização do direito de uso	3	3
Juros passivo de arrendamento (Nota 13)	5	6
	(34.048)	(29.241)
(Aumento) Redução de ativos		
Concessionárias e permissionárias (Nota 5)	802	793
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	(185)	(249)
Tributos compensáveis	(757)	(225)
Ativo contratual (Nota 6)	16.582	27.700
Depósitos judiciais (Nota 7)	(927)	(5.836)
Outros ativos	(835)	2.109
	14.680	24.292
(Redução) Aumento de passivos		
Fornecedores (Nota 8)	(5.953)	4.100
Impostos, taxas e contribuições (Nota 9)	(369)	173
Encargos setoriais	130	(62)
Convênio de compartilhamento (Nota 15)	(1.001)	1.043
Outras obrigações	(1)	(61)
	(7.194)	5.193
Caixa gerado pelas atividades operacionais	(26.562)	244
Imposto de renda e contribuição social pagos (Nota 14)	(876)	(1.411)
Juros de arrendamentos pagos	(5)	(6)
Juros recebidos (Nota 4)	540	911
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(26.903)	(262)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações em Títulos e Valores mobiliários (Nota 4)	(33.612)	(26.360)
Resgate de Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	34.540	24.599
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	928	(1.761)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	24.000	-
Arrendamentos pagos	(5)	(2)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	23.995	(2)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.980)	(2.025)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	2.746	4.771
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	766	2.746
	(1.980)	(2.025)

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A. (“Centroeste” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado e autorizado, tendo como controladora a Cemig Geração e Transmissão (“Cemig GT”) e como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”) constituída com o objetivo de construção, implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional, nos termos dos Contratos de Concessão com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL.

A Companhia iniciou as suas atividades operacionais em abril de 2010.

Em 13 de abril de 2023, o Conselho de Administração da Cemig aprovou o aporte de recursos, no montante de R\$221.519, pela Cemig GT na Companhia no período entre 2023 e 2026 conforme necessidade e geração de caixa da Centroeste. O objetivo é a implantação da LT 230 kV Governador Valadares 6 – Verona que será operada e mantida pela Centroeste. Atualmente estão sendo realizadas as atividades relacionadas a regularização fundiária, ambiental, elaboração do projeto executivo, entre outras. Foi emitida a licença prévia-LP pelo IBAMA no dia 26 de novembro de 2025, com a definição de traçado e das condicionantes para obtenção da Licença de Instalação-LI.

A Cemig Geração e Transmissão, via contratos de compartilhamento de infraestrutura, de engenharia e de operação e manutenção regulados pela ANEEL, executa as atividades serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Aneel, quando estas não são conflitantes com os pronunciamentos do CPC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração em sua gestão.

Em 31 de julho de 2026, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2.2 Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em milhares de Reais – R\$, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 6 – Ativo de contrato (determinação da margem de construção e remensuração do ativo de contrato);
- Nota 11 – Receita líquida (reconhecimento da margem de construção e reconhecimento da receita de operação e manutenção); e
- Nota 16 – Instrumentos financeiros e gestão de riscos (mensuração dos valores justos).

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2025 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais da Companhia.

Norma e principais alterações	Início da vigência
CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1) – Tratamento contábil para transações com moedas não conversíveis As alterações buscam definir o conceito de quando uma moeda é trocável por outra e orientam sobre os procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação nas transações que com moedas não conversíveis.	01/01/2025
As Demonstrações Financeiras da Companhia não foram impactadas por essa alteração.	
OCPC10 – Tratamento contábil para créditos de carbono, permissões de emissão e créditos de descarbonização A orientação trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na origem e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados.	01/01/2025
A Companhia não possui transações com créditos de carbono de forma que suas Demonstrações Financeiras não foram impactadas por essa orientação.	

2.6 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas, mas que não entraram em vigor até a data de emissão destas Demonstrações Financeiras estão apresentadas na sequência. A Companhia irá adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Norma e principais alterações	Início da vigência
CPC 48 e CPC 40 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros As alterações esclarecem como deve ser a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros com características de ESG e similares, além de incluir requisitos adicionais de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes, como por exemplo, vinculados a metas ESG.	01/01/2026
As Demonstrações Financeiras da Companhia não foram impactadas por essa alteração.	
CPC 48 e CPC 40 – Contratos referenciando a eletricidade dependente de condições naturais As alterações abrangem contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para esses contratos.	01/01/2026
As Demonstrações Financeiras da Companhia não foram impactadas por essa alteração.	
CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras Essa norma substitui o CPC 26 e introduz novos requisitos para apresentação da demonstração do resultado. As entidades deverão classificar todas as receitas e despesas em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, além de apresentar, além da inclusão de subtotais obrigatórios como lucro operacional e lucro antes de financiamento e tributos. Também deverão ser divulgadas em nota explicativa específica as Medidas de Desempenho definidas pela Administração, além de outras alterações.	01/01/2027
A Companhia está no processo de avaliação dos impactos desses novos padrões, especialmente em relação à estrutura das Demonstrações dos Resultados e das divulgações das medidas de desempenho.	
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações A norma permitirá que determinadas entidades controladas optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação de outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível a entidade controlada não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora que prepare demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as normas IFRS.	01/01/2027

Norma e principais alterações

Início da vigência

A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.

Em relação aos normativos em discussão no órgão competente ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos significativos.

2.7 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme a seguir:

	Indexador	Taxa média a.a. %		2025	2024
		2025	2024		
Contas bancárias				67	80
Aplicações financeiras					
Overnight ⁽¹⁾	Pré-fixada	14,60% a 14,90%	11,91% a 12,15%	699	2.666
Total				766	2.746

(1) Consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

Estão divulgados na nota explicativa nº 16 (i) a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros (ii) as práticas contábeis materiais.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Indexador	Taxa média a.a. %		2025	2024
		2025	2024		
Circulante					
Letras Financeiras Bancos - LFs	CDI	103,5% a 110,02%	108,6% a 111,98%	6.546	4.679
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	Variação Selic	15,11% a.a. a 15,12%	11,83% a 11,85%	862	1.213
Debêntures	CDI	TR + 1% a 109,88%	TR + 1% e 118,69%	93	84
				7.501	5.976
Não circulante					
Letras Financeiras Bancos - LFs	CDI	103,5% a 110,02%	-	-	2.254
				-	2.254
				7.501	8.230

As práticas contábeis materiais e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 16.

A Companhia classifica de forma consistente o rendimento desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entendem que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

5. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	Saldos a vencer	Saldos vencidos	Total	
			2025	2024
Concessionárias e permissionárias	1.501	-	1.501	2.303
Total	1.501	-	1.501	2.303
Circulante			1.501	2.303

Política contábil

A Receita Anual Permitida (RAP) remunera o investimento nas linhas de transmissão e os serviços de reforços e melhorias e operação e manutenção. As receitas dos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica são reconhecidas à medida da satisfação das obrigações de performance correspondentes, em contrapartida ao ativo de contrato.

Apenas após a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura, o ativo de contrato passa a ser classificado como ativo financeiro (contas a receber – concessionários – transporte de energia), uma vez que nada mais além da passagem do tempo é necessário para que a contraprestação seja recebida.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e reconhecendo-se os respectivos tributos diferidos. Conforme requerido pelo CPC 48, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativos.

6. ATIVO DE CONTRATO

A movimentação dos ativos de contrato é como segue:

Saldo do ativo contratual em 31/12/2023	101.831
Atualização financeira	21.851
Receita de construção	29.115
Recebimentos	(27.700)
Saldo do ativo contratual em 31/12/2024	125.097
Atualização financeira	13.842
Receita de construção	26.805
Recebimentos	(16.582)
Saldo do ativo contratual em 31/12/2025	149.162
Circulante (a)	13.398
Não Circulante (a)	135.764
	149.162

a) Contrato de Concessão nº 004/2005

O contrato regula a concessão do serviço público das instalações de transmissão em 345 kV, segundo circuito, que tem origem na Subestação Furnas e término na Subestação Pimenta, com extensão aproximada de 75 Km, pelo prazo de 30 anos, contados a partir de março de 2005. Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a Centroeste terá direito, nos primeiros 15 anos de operação comercial, à Receita Anual Permitida - RAP, reajustado anualmente. Em 2025 houve a redução de 50% da RAP, conforme previsão contratual, estendendo-se, desta forma, até o término da concessão.

O índice de atualização do contrato é o Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M.

Leilão de Transmissão nº 2/2022

A Companhia sagrou-se vencedora na disputa pelo Lote 1 do Leilão de Transmissão nº 2/2022, realizado pela Aneel no dia 16 de dezembro de 2022. A proposta apresentada pela Companhia foi correspondente a um valor de RAP de aproximadamente R\$17 milhões para a nova LT 230 kv Governador Valadares 6 – Verona, com 165 km de extensão. O prazo para entrada em operação é 30 de março de 2028 e o prazo da concessão é de 30 anos. Em 13 de abril de 2023, o Conselho de Administração da Geração e Transmissão, aprovou o aporte de recursos, no montante de R\$221.519, na Companhia no período entre 2023 e 2026 conforme necessidade e geração de caixa da companhia. O objetivo é a implantação da LT 230 kv Governador Valadares 6 – Verona que será operada e mantida pela Centroeste. As obras da construção foram iniciadas em janeiro de 2025.

Receita Anual Permitida

Por meio da Resolução Homologatória nº 3.344/2024, a ANEEL estabeleceu a receita anual permitida (“RAP”) atualizada da Companhia em R\$ 16.078, para o período de 1º de julho de 2025 a 30 de junho de 2026 (R\$ 26.008 para o período de 1º de julho de 2024 a 30 de junho de 2025).

Política contábil

Durante o prazo da concessão, a Companhia recebe a Receita Anual Permitida (RAP), que remunera o investimento realizado nas linhas de transmissão, bem como os serviços de melhorias, operação e manutenção. A receita da Companhia é reconhecida à medida que são satisfeitas as obrigações de performance correspondentes, a saber: (i) disponibilidade e construção e (ii) operação e manutenção. Os valores são reconhecidos no resultado da Companhia, em contrapartida ao ativo de contrato. Posteriormente, a RAP é faturada e os saldos são transferidos do Ativo de Contrato para concessionárias e permissionárias.

Quando a fase de construção da infraestrutura de transmissão é concluída, os ativos correspondentes permanecem classificados como ativos de contrato, considerando a sua vinculação às obrigações de desempenho durante o período da concessão, representadas pela operação e manutenção das linhas de transmissão, não existindo, assim, o direito incondicional de receber a contraprestação pelos serviços de construção a menos que a Companhia opere e mantenha a infraestrutura.

Os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando incorridos.

Estimativas e julgamentos

As receitas de construção e melhoria são reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão da obra, com base nos custos efetivamente incorridos, acrescidos da margem de construção. A margem alocada à obrigação de performance de construção da infraestrutura é definida com base nas melhores estimativas e expectativas da Administração sobre a rentabilidade dos projetos implementados pela Companhia.

Nas alterações da tarifa por ocasião das revisões tarifárias periódicas, o ativo de contrato é remensurado, trazendo a valor presente as RAPs futuras pela taxa implícita identificada originalmente, confrontando-se o resultado encontrado com o saldo contabilizado, para reconhecimento do ganho ou perda no resultado.

Dos valores faturados de receita de concessão de transmissão, representada pela Receita Anual Permitida ("RAP"), a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é baixada do ativo de contrato. As adições por expansão e reforço geram fluxo de caixa adicional e, portanto, são incorporadas ao saldo do ativo de contrato.

A taxa de desconto relativa ao componente financeiro do ativo de contrato de concessão representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos na infraestrutura de transmissão, que representa o percentual aproximado do que seria o preço à vista a ser cobrado pela infraestrutura construída ou melhorada pela concessionária em uma operação de venda. A taxa implícita para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida no início dos investimentos e considera o risco de crédito das contrapartes.

7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2025	2024
Depósitos judiciais		
Servidão	7.539	6.612
	7.539	6.223

Os depósitos judiciais efetuados pela Companhia referem-se à pagamento de ações de servidões permanentes.

8. FORNECEDORES

	2025	2024
Circulante		
Suprimento e transporte de energia elétrica	56	40
Materiais e serviços	77	6.044
	133	6.084
Não Circulante		
Retenção Contratual	20	22
TOTAL	153	6.106

9. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2025	2024
Circulante		
Cofins	473	627
PIS/Pasep	102	136
INSS	76	98
Outros	74	320
	725	1.181
Não circulante		
Cofins	2.151	2.080
PIS/Pasep	466	450
	2.617	2.530
TOTAL	3.342	3.711

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado era de R\$89.031 (R\$ 28.000 em 2024), representado por 89.030.983 (28.000.000 em 2024) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão S.A.

Considerando que o capital social era de R\$28.000, e o saldo das reservas de lucros, excluindo a reserva de lucros a realizar, alcançou o montante de R\$65.031, excedendo o capital social em R\$37.031, ocorreu o aumento do capital social em R\$37.031.

A Companhia possuía um saldo de R\$24.000 a título de AFAC que foi integralizado ao capital social.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

b) Reservas

Reserva de Lucros

A composição da conta de reservas de lucros é demonstrada como segue:

Reservas de lucros	2025	2024
Reserva legal	5.927	5.600
Retenção de lucros	26.987	59.428
Reserva de lucros a realizar	25.401	28.368
	58.315	93.396

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$327 de reserva legal em 2025, correspondendo a 5,00% do lucro líquido do exercício ajustado conforme previsto na legislação.

Reserva de lucros a realizar

A Companhia registrou, na reserva de lucros a realizar, a reversão de R\$2.967, referente aos efeitos da reavaliação da adoção do CPC 47 na mensuração do ativo de contrato.

c) Dividendos

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou estatuto social. Diante da legislação aplicável e do Estatuto da Companhia, que prevê um pagamento de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do exercício, este é considerado uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

O Art. 204 da Lei das S.A. estabelece que o Estatuto Social poderá autorizar os órgãos de Administração a declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

O estatuto social da Companhia estabelece que a Diretoria Executiva poderá declarar dividendos extraordinários, adicionais, intermediários ou intercalares, inclusive com antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos foi feito conforme abaixo:

	2025	2024
Dividendos obrigatórios		
Resultado do exercício	6.541	21.698
Reservas de lucros a realizar	2.967	5.273
Reserva legal	(327)	-
	9.181	26.971
Dividendos propostos		
Reserva de retenção de lucros (reserva para investimentos)	4.590	13.485
Dividendos obrigatórios	4.591	13.486
Total dos dividendos	9.181	26.971

d) Destinação do resultado de 2025 - Proposta da Administração

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2026, que, ao resultado do exercício de 2025, no montante de R\$ 6.541e do saldo de lucros acumulados no valor de R\$ 2.967, referentes à Reversão da Reserva de lucros a realizar, seja dada a seguinte destinação:

- R\$327 para constituição de reserva legal;
- R\$4.591 para pagamento de dividendos obrigatórios; e
- R\$4.590 sejam mantidos no Patrimônio Líquido, na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia.

Contudo, devido à indisponibilidade de caixa da Companhia, conforme apresentado pela Administração, os dividendos obrigatórios serão destinados para constituição de reserva especial, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia permitir, compondo o saldo da reserva de retenção de lucros.

e) Movimentação dos dividendos obrigatórios

Saldo em 31 de dezembro de 2024	13.486
Dividendos obrigatórios ref. 2025	4.590
Saldo em 31 de dezembro de 2025	18.076

11. RECEITA

	2025	2024
Remuneração do ativo contratual	13.842	21.851
Receita de Construção	26.805	29.115
Receita de operação e manutenção	2.591	(1.710)
Subvenções vinculadas ao Eust ⁽²⁾	1.582	7.502
Outras receitas operacionais	-	104
Deduções à receita operacional (a)	(1.603)	(2.032)
Receita operacional líquida ⁽¹⁾	43.217	54.830

(1) A diminuição da receita líquida advém da redução da RAP em função da redução da receita no 15ºano ocorrida em março de 2025.

(2) Trata-se de recebimento de restituição de valores não arrecadados dos descontos incidentes sobre as tarifas.

a) Tributos e encargos incidentes sobre a receita

	2025	2024
PIS/Pasep	121	177
Cofins	563	820
Reserva Global de Reversão – RGR	656	623
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	76	125
Taxa de Fiscalização Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	73	100
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	76	125
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	38	62
Total das deduções	1.603	2.032

b) Receita de Concessão de Transmissão

	2025			2024		
	Construção e melhorias	Operação e manutenção	Total	Construção e melhorias	Operação e manutenção	Total
Receita Anual Permitida (RAP)	26.805	2.591	29.396	29.115	(1.710)	27.405
Custos de concessão de transmissão	(31.189)	(1.728)	(32.917)	(27.476)	(1.382)	(28.858)
Margem	(4.384)	863	(3.521)	1.639	(3.092)	(1.453)
Mark-up (%)	(14,06%)	49,94%	(10,70%)	5,97%	(223,73%)	(5,03%)

Política contábil

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance é satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado à obrigação de desempenho. A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento. Abaixo as práticas contábeis materiais atreladas às receitas da Companhia.

Receitas de transmissão

As receitas de concessões de transmissão são reconhecidas no resultado mensalmente e incluem:

- Receitas de construção: correspondem à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura de transmissão. São reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão das obras (fase de construção) e mensuradas com base no custo incorrido somado ao PIS/Pasep e Cofins incidentes e à margem de rentabilidade do projeto.
- Receita de operação e manutenção: correspondem à obrigação de performance relativa à operação e manutenção da infraestrutura, após a conclusão da fase de construção. São reconhecidas nos períodos em que os serviços são prestados, mediante faturamento das RAPs.
- Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão: corresponde ao componente financeiro, reconhecida pelo método linear com base na taxa determinada no início dos

investimentos, não sofrendo alterações posteriores. A média simples das taxas implícitas é de 6,86%, sendo estas definidas para cada autorização, incidindo sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. Inclui a atualização financeira pelo índice de inflação definido para cada contrato de transmissão.

Outras receitas

Subsídios governamentais

A Centroeste recebe valores da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a título de reembolso pelos subsídios incidentes nas tarifas de Encargos de Uso do Sistema de Transmissão – EUST. Esses valores são reconhecidos como receita por competência, na apuração mensal, quando se adquire o direito de recebê-los, em contrapartida a “Outros créditos” no ativo circulante.

Estimativas e julgamentos

A margem de construção é definida com base nas melhores estimativas de rentabilidade da Companhia no momento inicial da concepção dos projetos de investimentos. Alterações na mensuração inicial do preço da transação, que possam dar origem a uma modificação na rentabilidade determinada originalmente e remensuração do ativo de contrato, são tratadas no momento da revisão tarifária periódica.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada com base no preço de venda individual do serviço, a partir de informações disponíveis sobre os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção e o valor da contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da prestação dos serviços prometidos ao cliente, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 – Receita de contrato com o cliente.

12. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

a) Custos de operação

	Custos de operação		Despesas		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Pessoal	-	-	347	401	347	401
Material ⁽¹⁾	92	2.332	-	-	92	2.332
Serviços de terceiros	1.662	1.398	137	260	1.799	1.658
Provisões ⁽²⁾	3.010	75	-	-	3.010	75
Encargos de transmissão	357	325	-	-	357	325
Custos de construção	31.189	27.476	-	-	31.189	27.476
Outros custos e despesas	(383)	3	152	746	(231)	749
	35.927	31.609	636	1.407	36.563	33.016

(1) Os custos em materiais foram maiores em 2024 devido à novos gastos com infraestrutura para instalação de reatores no sistema de transmissão.

(2) O aumento nas provisões se referem, principalmente, a ações patrimoniais de valores de indenizações na discussão sobre a aquisição de terrenos.

b) Serviços de terceiros

	2025	2024
Operação e manutenção	1.563	1.256
Conservação e limpeza de prédios	7	-
Energia elétrica	2	148
Tecnologia da informação	90	-
Auditoria	38	-
Outros	99	254
TOTAL ⁽¹⁾	1.799	1.658

(1) Os serviços de terceiros abrangem, principalmente, os serviços de engenharia, operação e manutenção prestados no âmbito do Convênio de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos vinculados aos processos de Engenharia, firmado entre a controladora CEMIG GT e suas subsidiárias integrais, vide nota explicativa nº18.

13. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2025	2024
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	758	1.176
Outras receitas financeiras	41	50
	799	1.226
Despesas financeiras		
Juros passivo de arrendamento	(5)	(6)
Outras despesas financeiras	(81)	(46)
	(86)	(52)
Resultado financeiro	713	1.174

Política contábil

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2025	2024
Não circulante		
Imposto de renda		
Rendas não resgatadas	55	66
Comp. Crédito Tributário Ativo	(100)	(80)
Ativo de Contrato	1.666	1.705
Diferido Regime Caixa/Competência	40	39
Contribuição social		
Rendas não resgatadas	20	24
Comp. Crédito Tributário Ativo	26	36
Ativo de Contrato	900	921
Diferido Regime Caixa/Competência	22	21
TOTAL	2.628	2.733

b) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	2025	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Receita de Uso de Rede	21.696	21.696
Percentual de Presunção	8%	12%
Receita Operacional Tributada	1.736	2.604
Receita Financeira sobre resgate efetivo de aplicações financeiras	804	804
Outras Receitas Financeiras	41	41
Base de Cálculo	2.581	3.449
Alíquota	15%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	387	311
Imposto de Renda adicional (10% sobre o valor superior a R\$180)	234	-
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Total	621	311
Ativo de Contrato	(1.981)	(1.981)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	(158)	(238)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Ativo de Contrato	(40)	(21)
Rendas de aplicações	758	758
Rendas de aplicações resgatadas	804	804
Rendas de aplicações não resgatadas	(46)	(46)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(11)	(4)
Receita por competência diferida	(941)	(941)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	(75)	(113)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(19)	(10)
Corrente	621	311
Diferido	(70)	(36)

	2024	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Receita de Uso de Rede	33.678	33.678
Percentual de Presunção	8%	12%
Receita Operacional Tributada	2.694	4.041
Receita Financeira sobre resgate efetivo de aplicações financeiras	1.155	1.155
Outras Receitas Financeiras	51	51
Base de Cálculo	3.900	5.247
Alíquota	15%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	585	472
Imposto de Renda adicional (10% sobre o valor superior a R\$180)	366	-
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Total	951	472
Ajuste de ECF	47	-
Ativo de Contrato	(5.999)	(5.999)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	(480)	(720)
Alíquota	25%	9%

	2024	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Ativo de Contrato	(120)	(65)
Rendas de aplicações	1.176	1.176
Rendas de aplicações resgatadas	1.155	1.155
Rendas de aplicações não resgatadas	21	21
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	5	2
Receita por competência diferida	(81)	(81)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	(6)	(10)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2)	(1)
Corrente	998	472
Diferido	(116)	(64)

Política contábil

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas tributadas pelo regime de caixa.

Em conformidade ao ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a Companhia não possui valores relacionados à incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro reconhecidos em suas informações contábeis.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

Encargos

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Encargos de transmissão								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	-	10	133	171	(155)	(148)
Norte Energia	265	254	-	-	792	1.020	-	-
Volta do Rio	-	-	-	-	3	3	-	-
Cemig Distribuição	-	-	-	-	1.046	1.440	-	-

Os Encargos de Transmissão são valores mensais devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão pela prestação dos serviços de transmissão, calculados em função das tarifas e dos montantes de uso do sistema de transmissão contratados, em conformidade com a regulamentação definida pela Aneel.

Prestação de Serviços

Os saldos de prestação de serviço referem-se a contratos de prestação de serviços de operação e manutenção de usinas e de redes de transmissão e de redes de distribuição.

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Cemig Geração e Transmissão	-	-	-	-	-	-	(958)	-

Convênio de compartilhamento

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Infraestrutura e recursos humanos								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	-	142	-	-	(437)	(142)
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	-	-	-	-	-	(171)
Cemig SIM	-	-	-	-	-	-	-	(112)
Operação e manutenção								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	70	134	-	-	-	(1.017)

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 1.475/2022 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

Juros sobre Capital Próprio e Dividendos

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Cemig Geração e Transmissão	-	-	18.076	13.486	-	-	-	-

A Diretoria Executiva aprovou a declaração de Dividendos no total de R\$4.591. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos Dividendos estão presentes na nota explicativa nº 10.

FIC Pampulha

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Circulante								
Caixa e equivalentes	699	2.666	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	7.501	5.976	-	-	219	265	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	-	2.254	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são demonstrados na tabela abaixo:

	2025	2024
Remuneração	37	28
Participação nos resultados	14	8
Previdência privada	1	2
Total	52	38

A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 1.475/2022.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

		2025		2024	
	Nível	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado					
Concessionárias e permissionárias		1.501	1.501	2.303	2.303
Títulos e valores mobiliários		2.819	2.819	2.254	2.254
		4.320	4.320	4.557	4.557
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	1	766	766	2.746	2.746
Títulos e valores mobiliários/Investimentos Temporários					
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	3.727	3.727	4.679	4.679
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	862	862	1.213	1.213
Debenture	2	93	93	84	84
		5.448	5.448	8.722	8.722
		9.768	9.768	13.279	13.279
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores	2	(153)	(153)	(6.106)	(6.106)
Passivo de arrendamentos	2	(69)	(69)	(71)	(71)
		(222)	(222)	(6.177)	(6.177)

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2025 e 2024.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo

de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: mensurado a partir das cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas despesas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem a princípios rígidos para controle dos riscos operacionais, de crédito e liquidez, estabelecidos em Política de Aplicações, aderente às necessidades de fluxo de caixa das empresas. Essas aplicações financeiras são realizadas em

fundos de investimentos exclusivos do grupo econômico Cemig ou diretamente em CDBs e operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	133	-	-	20	-	153
Passivo de arrendamentos	1	2	3	26	98	130
	134	2	3	46	98	283

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados. A principal fonte de receitas da Companhia advém da operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Furnas – Pimenta II, 345KV, nos termos do Contrato de Concessão firmado com a União. Portanto, o risco de crédito é considerado baixo.

Política contábil

Os ativos financeiros podem ser classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia para gestão destes instrumentos financeiros. Atualmente, a Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os passivos financeiros, em regra, devem ser classificados como mensurados ao custo amortizado, exceto quando se enquadrarem na mensuração ao valor justo por meio do resultado ou em outras exceções trazidas pela norma.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Mensurados ao custo amortizado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros que (i) são mantidos dentro do modelo de negócio da Companhia com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais desses ativos dão origem a fluxos de caixa conhecidos que constituem,

exclusivamente, pagamento de principal e juros, conforme segue:

- créditos com consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia;
- títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros;

Encontram-se nessa categoria os seguintes passivos financeiros:

- fornecedores;
- arrendamentos.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Estimativas e julgamentos

Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

* * * * *

Demétrio Alexandre Ferreira
Diretor-Presidente

Leonardo George de Magalhães
Diretor

Fredstwon Reis Pereira
Diretor

Luiza de Almeida Pereira Lopes
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC – MG - 121.569/O-7



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A
Belo Horizonte - MG**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as

demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 31 de julho de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Companhia de Transmissão Centroeste de Minas, infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2025, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2026.

Belo Horizonte, 31 de julho de 2025.

Douglas Augusto Oliveira Cabido, Conselheiro Efetivo

Ronald Gastão Andrade Reis, Conselheiro Efetivo

Paulo César Teodoro Bechtluft, Conselheiro Efetivo